




**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



## **Geopolítica brasileira do financiamento do BNDES para Odebrecht em Angola**

Brazilian Geopolitical of BNDES financing to  
Odebrecht at Angola

*Fernanda Goes, Técnica de Planejamento e Pesquisa,  
[fernanda.goes@ipea.gov.br](mailto:fernanda.goes@ipea.gov.br)*

## RESUMO

Este artigo apresenta a geopolítica brasileira acerca do financiamento do BNDES para obras e serviços de grandes empresas brasileiras em África. A concretização deste desafio ocorre por meio da representação da dinâmica de poder do Brasil em escala internacional com uso de mapas temáticos. O problema de pesquisa se iniciou em bases empíricas, calcada na observação, tendo sido agregada ao debate teórico estabelecido no conceito geográfico de território usado. O estudo cartográfico da geopolítica brasileira neste período é imprescindível para a análise da política externa como instrumento emancipatório do país. No período de 2002 a 2016 o BNDES financiou um total aproximado de US\$ 14 bilhões para 14 empresas brasileiras da área de engenharia. A exportação de obras e serviços foi executada em 11 países localizados em América Central, em América do Sul e em África. Houve uma concentração do financiamento na construtora Odebrecht receptora de 64% do valor total. Com relação aos países, Angola concentrou aproximadamente US\$ 4 bilhões. Odebrecht recebeu 80% do valor total financiado para Angola. A concentração de dinheiro, que imprime poder a uma única empresa, com atuação direcionada a um determinado país sinaliza existência estrutural de uma geopolítica brasileira contemporânea. Recomenda-se, pois a diversidade na atuação brasileira em termos geográficos e nas mudanças operacionais do financiamento do BNDES.

**Palavras Chaves:** Geopolítica Brasileira, Financiamento do BNDES, Odebrecht em Angola.

## ABSTRACT

This article presents Brazilian geopolitics about Brazilian Development Bank (BNDES) financing for construction services of large companies in Africa. To achieve this challenge relies on representation of how Brazil power dynamics works thru international scale using thematic maps. Research problem begin at empirical level, based on observation, aggregated with theoretical debate on geographical concept used territory. Cartographic study on Brazilian geopolitical for the period is relevant to analyses foreign policy as emancipatory instrument for the country. From 2002 to 2016, BNDES financed US\$ 14 billion to 14 Brazilian engineering large companies. Construction export executed at 11 countries localized at Central America, South America and Africa. Financing concentration relied on Odebrecht for receiving 64% of the total amount. Concerning countries, Angola itself concentrated US\$ 4 billion. Odebrecht received 80% of total amount financed to Angola. Money concentration to input power at one company for directed action at a specific country shows existence of a structure contemporary Brazilian geopolitics. Therefore, this article recommends more diversity on Brazilian policy at geopolitics terms and changes on BNDES financing policy.

**Keywords:** Brazilian Geopolitical, BNDES Financing, Odebrecht in Angola

## INTRODUÇÃO

O modelo de financiamento do BNDES para obras e serviços de empresa brasileiras no exterior pode ser um instrumento relativamente contemporâneo. Entretanto, o modo de ingerência no qual uma elite estrangeira colonizadora explora a natureza de outro Estado com objetivo na mais valia configura a manutenção do projeto de colonização. A estrutura dessa política está permeada principalmente pela opressão de um povo. No caso específico, o povo negro no Brasil e em Angola assume a vertente dos colonizados. Quando o Brasil reproduz uma política externa caracterizada pela substituição de elites negociadoras entre si para lucrar o máximo possível por meio da exploração de recursos estratégicos, que prefiro assumir como natureza, o país disputa o risco da reprodução da colonização enquanto processo geopolítico. A cartografia temática é importante quando possibilita a análise sobre a geopolítica brasileira. Na aproximação entre as empresas brasileiras de construção e o financiamento do BNDES, um grupo majoritariamente de grandes construtoras concentrou a atração desses investimentos para suas atividades no exterior. Lideradas pela Odebrecht, desenvolveram atividades em países do eixo Sul. Outras construtoras como Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Queiroz Galvão, Mello Junior, Prado Valadares, OAS asseguraram alguma participação secundária. Dos países envolvidos, estabelecidos na América Central, América do Sul e África, Angola se destacou pela constante recepção de recursos.

Este artigo está dividido em duas etapas. Primeiramente, considero relevante visualizar a representação cartográfica temática sobre os países envolvidos no processo com base nos dados oficiais de financiamento do BNDES. A escala internacional da ação brasileira esta posta por meio de obras e serviços no exterior realizada por empresas brasileiras no período de 2002 a 2016. Segundamente, a escala esta mais focada e direcionada no nível nacional em Angola. Ênfase a presença da Odebrecht em Angola, motivada pela concentração do financiamento do BNDES nas atividades da construtora naquele país. A essência dessas relações comerciais está pautada pela garantia de recursos estratégicos como a existência de petróleo no território angolano.

## FINANCIAMENTO DO BNDES PARA EXPORTAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS REALIZADOS POR EMPRESAS BRASILEIRAS

No período de 2002 a 2016, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de financiamento a exportação e obras no exterior apoiou a internacionalização de um grupo de 14<sup>1</sup> empresas brasileiras do setor de engenharia com um total de US\$ 14 bilhões para

---

<sup>1</sup> As 14 empresas, exportadores, que receberam financiamento estão aqui citadas: Andrade Gutierrez (Construtora Andrade Gutierrez S/A), Bureau (Bureau de Projetos e Consultoria LTDA), Camargo Corrêa (Construtora e Comércio Camargo Correa S/A), Companhia de Obras (Companhia de Obras e Infra Estrutura), CONFAB (CONFAB Industrial S/A), Contracta (Contracta Engenharia LTDA), EMSA (EMSA Empresa Sulamericana de Montagens S/A), Mello Junior (Mello Junior Empreendimentos e Participações LTDA), OAS (Construtora OAS S/A), Odebrecht (Construtora Norberto Odebrecht), Prado Valladares (Prado Valladares Agência de Cooperação e Desenvolvimento S/A), Pró Sinalização (Pró Sinalização Viária LTDA), Queiroz Galvão (Construtora Queiroz Galvão S/A), TPRO/Pharmaster (TPRO Engenharia S/A/Pharmaster do Brasil Consultoria).

11<sup>2</sup> países. Para analisar a cartografia da geopolítica brasileira, usaram-se os dados oficiais disponibilizados pelo BNDES.

As informações estão disponibilizadas por exportador, que são as empresas; por ano e gênero de atividade, na qual todas foram da área de comércio, serviços e construção. Há descrição do projeto por país onde foi realizado, com data da contratação e valor da operação em dólares. Há ainda detalhes sobre o custo financeiro, caracterizado pela taxa fixa na mesma moeda. Os juros dos subcréditos variaram de 2,79% a 8,61%, com prazos de 60 a 300 meses e garantias por meio de seguros de crédito e de risco político. O setor de Comércio Exterior foi a área operacional no banco responsável pelas operações por meio do produto BNDES Exim Pós-embarque. Os recursos do BNDES para financiamento advêm de fontes diversas como Tesouro Nacional, FAT/PIS-PASEP, captações externas, patrimônio líquido, além de outras fontes governamentais e obrigações, e mesmo outros fundos governamentais como o Fundo de Marinha Mercante e FI-FGTS. O Tesouro Nacional é a maior fonte de recursos do banco, que concentrava 46% em 2010. Em 2015, os recursos do Tesouro somados ao FAT/PIS-PASEP abrangeram 83.55%, dos recursos totais do banco.

Como a fonte de recursos do banco é majoritariamente do Tesouro Nacional, ou seja, pública, não é indevida afirmar que a arrecadação brasileira, portanto os trabalhadores financiam as ações do BNDES. Essa realidade é a reprodução cíclica do acúmulo de capital no Brasil. Pois, desde quando os colonizadores do Norte invadiram as terras brasileiras, e obrigaram povos e etnias africanas e seus descendentes a trabalhar em regime forçado de escravidão, a mais-valia é resultado do esforço de negros (OSÓRIO, 2003), enquanto os benefícios são vivenciados por brancos de uma elite hegemona no poder. Um modelo de exploração de mão de obra, inicialmente, em regime escravo sob os povos e etnias da diáspora africana compulsória (ALENCASTRO, 2000), posteriormente, em regimes similares a escravidão acometido aos afrodescendentes. Apesar dos avanços nos direitos trabalhistas, ainda não são capazes de eliminar as desigualdades raciais no Brasil (THEODORO, 2008). Portanto, o acúmulo de capital público por mais de 500 anos reflete o trabalho de um grupo populacional que não tem qualquer ingerência sobre o processo decisório do uso deste dinheiro. Refere-se à dinâmica de um dinheiro constante na produção do território usado. “(O) dinheiro pretende ser a medida do valor que é, desse modo, atribuído ao trabalho e aos resultados” (SANTOS, 1999, p. 8). “O dinheiro global, fluido, invisível, abstrato, mas também despótico, que tem um papel na produção atual da história, impondo caminhos as nações. [...] Um dinheiro sustentado por um sistema ideológico. Esse dinheiro global é o equivalente geral a ele próprio” (SANTOS, 1999, p. 10). Reproduz-se o modelo de exploração pela substituição de uma elite colonizadora, por uma elite colonizada (FANON, 2005).

Torna-se relevante apontar certo perfil dessas atividades realizadas<sup>3</sup>. A visualização das atividades pode ser percebida em quatro grupos de países em uma tentativa de organização na qual foram divididos pela quantidade de obras e valor total do financiamento. Na Costa Rica, Guatemala e Honduras houve um único contrato em 2013, por atividades realizadas pela construtora OAS. Na primeira, para hidrelétrica e casa de máquina, na província de Alajuela, em San Jamon. Na Guatemala, foi a rodovia Central Americana. Em Honduras, a continuidade do corredor logístico (gráfico 1).

<sup>2</sup> Angola, Argentina, Costa Rica, Cuba, Equador, Gana, Guatemala, Honduras, Moçambique, República Dominicana e Venezuela consumaram participação neste processo.



GRÁFICO 1

Financiamento total do BNDES para obras e serviços no exterior por país (2002-2016)



Fonte: BNDES. [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

Elaboração da autora

No segundo grupo composto por Equador, Gana, Moçambique e Cuba as obras foram de infraestrutura com exceção de uma construção para a área da saúde em Cuba. No Equador, Norberto Odebrecht construiu a usina hidrelétrica localizada na bacia hidrográfica do rio Guayllabamba, no Centro Norte do país e um projeto de irrigação próximo ao rio Daule. Em Gana, Contracta construiu um hangar e Andrade Gutierrez o corredor rodoviário oriental da Estrada Nacional N2. Em Moçambique, Odebrecht construiu o Aeroporto Internacional de Nacala, na província de Nampula em 2011 e 2013. Em 2014, Andrade Gutierrez construiu a barragem de Moamba-Major no rio Incomati. Em Cuba, TPRO /Pharmaster construiu planta para produção de Soluções Parenterais de Grande Volume (SPGV) e soluções para hemodiálise, enquanto Companhia de Obras e Infraestrutura realizou ampliação e modernização do Porto Mariel, Aeroporto Internacional Jose Marti, Aeroporto Santa Clara e obras e serviços nos aeroportos de Holguin, Cayo Coco e Cayo Largo.

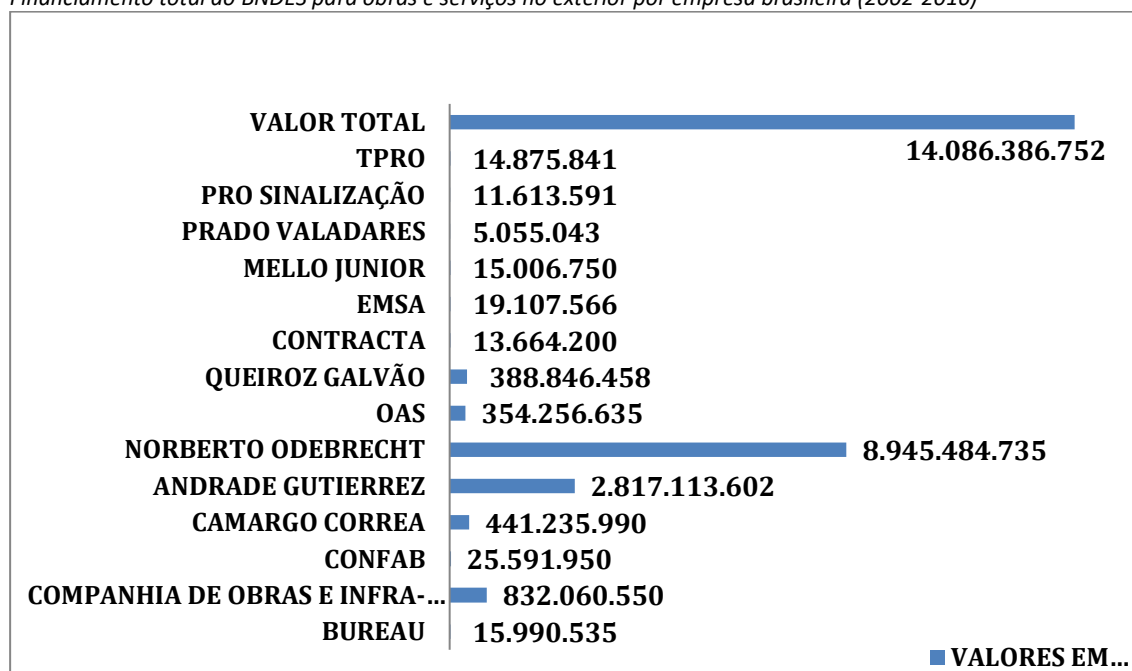
Para o quarto grupo composto por Argentina, República Dominicana e Venezuela o total dos financiamentos ultrapassou US\$ 2 bilhões por país. Na Argentina, OAS construiu aqueduto na província do Chaco e Bureau o túnel Água Negra. CONFAB executou a ampliação da capacidade de transporte do gasoduto General San Martín em 2005, tendo Odebrecht sido responsável pela ampliação do mesmo gasoduto, entre 2007 e 2013. A empresa executou a planta de tratamento e sistema de distribuição de água de Paraná de Las Palmas. Na República Dominicana, Andrade Gutierrez construiu aqueduto Noroeste; da unidade hidrelétrica Las Placetas e das barragens Sabana Yegua e Monte Grande, além de sistemas de irrigação e proteção contra inundação. Pró Sinalização executou sinalização em Santo Domingo. Queiroz Galvão realizou projeto de irrigação na província de Azua. Odebrecht foi a construtora que executou mais projetos financiados pelo BNDES na República Dominicana com um valor de quase US\$ 2 bilhões, do total de US\$ 2.6 bilhões. Na Venezuela, Andrade Gutierrez executou obra para a usina siderúrgica nacional no Estado de Bolívar, assim como construção, reparos e manutenção de embarcações. Camargo

Correa realizou etapa de obra de saneamento na bacia do rio Tuy. Odebrecht construiu diversas linhas do metro de Caracas e Los Teques.

Angola sozinha responde pelo última classificação. O país concentrou quase US\$ 4 bilhões para obras e serviços no período de 2007 a 2015, detentora da maior quantidade de contratos. Do total de US\$ 14 bilhões, Odebrecht concentra aproximadamente US\$ 9 bilhões, seguida pela Andrade Gutierrez que participou com US 2.8 bilhões. Das outras empresas, nenhuma recebeu individualmente nem um bilhão, o que mostra a concentração do financiamento em duas empresas, com destaque para Odebrecht (gráfico 2).

GRÁFICO 2

Financiamento total do BNDES para obras e serviços no exterior por empresa brasileira (2002-2016)



Fonte: BNDES. [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

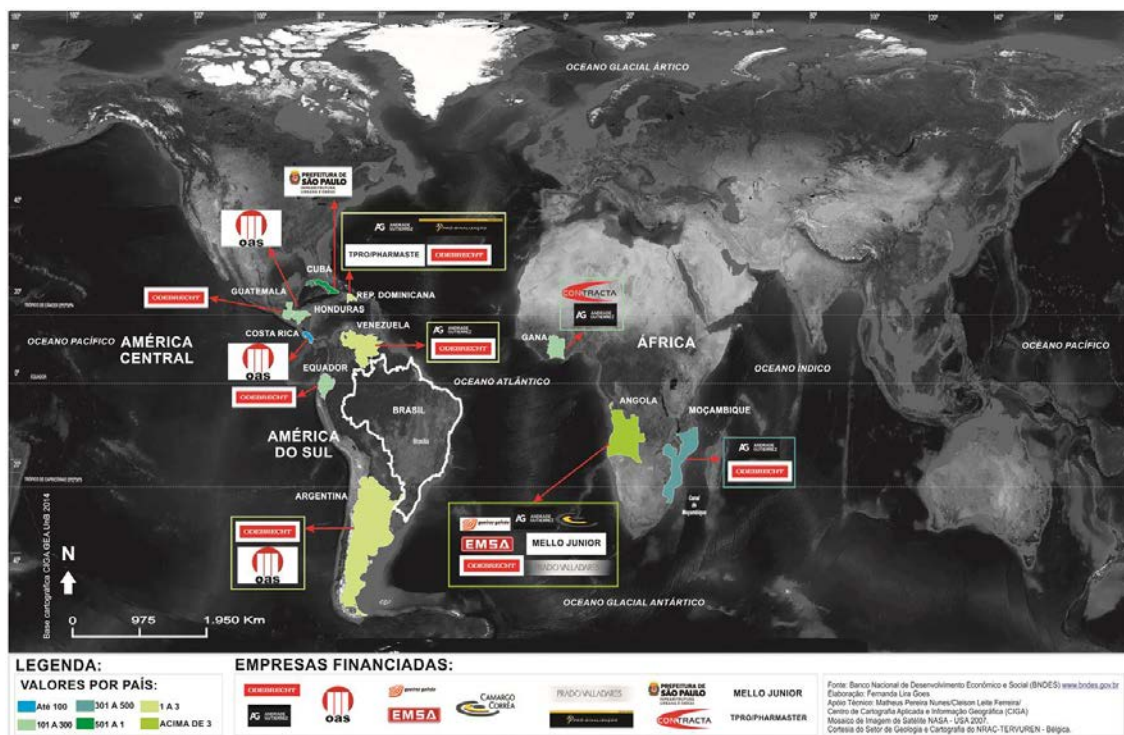
Elaboração da autora

O modelo de exploração financiado pelo BNDES reproduz a rota da colonização. As atividades das empresas brasileiras estão todas concentradas em países de histórico colonial ao Sul, ou na conhecida região Sul-Sul. Algumas reflexões suscitadas podem indicar motivações para essas ocorrências. Como este modelo foi ensinado pelos colonizadores do Norte, a elite estrangeira não aceitaria essa reprodução de exploração em seus territórios. O perfil das obras e serviços está relacionado a países em reconstrução, principalmente egressos de conflitos civis com capacidade estratégicas como petróleo, gás, mineração, itens de garantia para os contratos naqueles territórios. Ademais, os países possuem um processo histórico de aproximação e de boas relações diplomáticas com o Brasil, inclusive no uso da diplomacia presidencial. E por fim, esses países são considerados em desenvolvimento. Portanto, o Brasil, por meio do BNDES, não financia obras e serviços para explorar países desenvolvidos, mas sim aqueles que compartilham de momento similar a realidade brasileira (mapa 1).

A cartografia temática no mapa 1 oferece uma sensação de que a elaboração do mapa faz parte de uma campanha de propaganda das empresas. O uso proposital das logomarcas das construtoras aparenta que há patrocínio dessas empresas nos países em que atuam. Não seria de todo errado a afirmação, visto que a atividades das empresas é, *grosso modo*, patrocinado pelo dinheiro do povo brasileiro, que patrocina o BNDES, patrocinador das construtoras e estas por fim, patrocinam os países onde atuam (mapa 1).

**MAPA 1**

*A geopolítica do financiamento do BNDES para empresas brasileiras (2002-2016)*



Fonte: BNDES. [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

## A PRESENÇA DA ODEBRECHT EM ANGOLA

Sob a liderança de Norberto Odebrecht a construtora de mesmo nome iniciou suas atividades em 1945, na cidade de Salvador. O processo histórico da empresa pode ser dividido em quatro fases. Nos três primeiros momentos como empresa local, nos anos de 1945 a 1954; regional durante 1955 até 1969; e nacional entre 1970 a 1979. Esses períodos foram basilares para o momento posterior dos anos 1980 em diante, onde atuou como uma multinacional e empresa internacional (SANTANA, 2004, p. 104-149).

Na primeira fase, as construções de plataformas para a Petrobrás ao sul da Bahia foram ímpares no conhecimento de tecnologias modernas por meio das relações com consultorias norte-americanas. Em seguida, com apoio da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) ao parque industrial da região, a Odebrecht torna-se “pólo dinamizador da economia baiana” ao executar obras como Centro Industrial de Aratu, barragem de Pedras do Rio de Contas,



Ponte Propriá-Colégio, entre as 500 obras realizadas no Nordeste. Na segunda fase, a construtora diversificou a atuação em obras de grande porte como o Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro; Siderúrgica Usiminas, em Minas Gerais; Ponte Colombo-Sales, em Florianópolis. Santana ressalta que o cenário econômico internacional com o choque do petróleo e a recessão doméstica no Brasil levaram a escassez de obras de engenharia o que imputou a Odebrecht concorrer no mercado exterior, o que configurou a terceira fase, na qual realizou obras como o aeroporto de Bagdá, no Iraque; rodovias no Gabão; cidade militar na Arábia Saudita. Santana afirma que a consolidação da internacionalização da Odebrecht se dá pelo contrato de construção da Hidrelétrica de Charcani V, no Peru e dos túneis de desvio do rio Maule, no Chile. Simultaneamente, a empresa ampliou a diversificação em áreas de petróleo e gás como na indústria da petroquímica, perfuração de poços de petróleo no mar, e participou de fusões e criações de empresas. “Nos anos 1990, a Odebrecht passa a participar de projetos nos Estados Unidos, tornando-se a primeira empresa brasileira a vencer uma concorrência pública naquele país” (SANTANA, 2004. p. 110). A empresa avançou na Europa pela *holding* Odebrecht, de modo que se posicionou em um dos primeiros lugares no ranking mundial de construtoras (SANTANA, 2004. p. 112). Desse modo, a internacionalização da Odebrecht coincide com reaproximação do Brasil com Angola.

Diante da política externa direcionada do Brasil para África, em junho de 2010, os presidentes das duas Repúblicas assinaram uma Declaração conjunta sobre o estabelecimento de Parceria Estratégica. Na Declaração, sobre a Cooperação econômica, financeira, comercial e de desenvolvimento assumem o desenvolvimento do comércio recíproco e demais questões atreladas a esta aproximação. Um dos aspectos deste trabalho é analisar a produção do espaço a partir do território usado advindo da parceria hegemônica das elites brasileiras e angolanas na disputa de poder pelo acesso ao financiamento subsidiado do BNDES como instrumento facilitador dos objetivos da Declaração estratégica. Apesar da assinatura da Parceria Estratégica ter sido realizada em 2010, ano do maior desembolso do BNDES, não há disponibilidade sobre os dados do financiamento do BNDES para Angola referente aquele ano.

Angola não surge no mapa das relações com o Brasil em 2010. As aproximações entre os dois países sempre foram intensas. Não é muito lembrar que o mesmo colonizador português invadiu as terras dos reinos de Ngola, Congo e manifestou a violência branca sob os povos negros não apenas na exploração da natureza de terras africanas (ANJOS, 2014). O processo expansionista de Portugal pode ser sintetizada na escravização de negros e negras, sobretudo com a diáspora africana compulsória para o Brasil. As resistências operaram de lá e de cá, as lutas da Rainha Ginga de Matamba e Ngola (Nzinga Mbande Ngola) e as insurreições dos Malês e de Zumbi dos Palmares, são exemplos pontuais das constantes insurreições expressas pelos negros e pelas negras na contramão do sistema. Em Angola, os africanos incitaram a devolução da violência pelos mesmos instrumentos e pegaram em armas; aldeias foram abandonadas e a população se protegeu em áreas distantes do controle colonial; emigraram para os países vizinhos, atuais República do Congo, Brazzaville, e República Democrática do Congo (Ex-Zaire), Kinshasa; e, por fim mantiveram a prática de cultos religiosos de crenças de matriz africana (Silvério, 2013. p. 432.433).

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a tardia independência de Angola do domínio colonial de Portugal em 1975. Os anos seguintes se debruçaram em uma violenta guerra civil entre grupos políticos apoiados por elites internacionais. Não seria simplista afirmar que de um lado estava o povo, cansado de ser colonizado e disposto a uma liberdade plena, e do outro, dois principais grupos das elites angolanas disputavam o poder de governar aquele país independente, na condição de uma nação em construção. A divisão em três períodos da guerra civil em Angola

propõe uma das análises mais acuradas e honestas da História de Angola após a independência. Para Meredith, o ouro negro é o motivo para quase trinta anos de conflitos. De um lado, em 1979 com a morte da liderança do MPLA, Agostinho Neto, Eduardo dos Santos assume o poder. No primeiro momento, ainda sob forte influência da Guerra Fria; o MPLA, de ideologia autodeclarada marxista-leninista recebe apoio da URSS e de Cuba. Dos Santos é engenheiro de petróleo, e representava junto com o MPLA um partido autoritário composto por uma pequena elite angolana. Do outro lado, UNITA estava liderada por Jonas Savimbi, diretamente defendido pelas nações capitalistas, como os Estados Unidos, tendo sido convidado a visitar Washington D.C. em 1986 e alcunhado como “o vencedor da democracia”. Para a população angolana, Savimbi ficou mais conhecido pelas ameaças de horror, pelas torturas, pelos crimes sexuais. Assim, Meredith afirma que uma das frases conhecidas no período do conflito era “MPLA rouba, UNITA mata” (MEREDITH, 2005. p. 600-616).

O acordo de paz de 1991 foi pouco efetivo, pelas ausências estruturais para fiscalizar o acordo. A primeira tentativa eleitoral ocorreu em 1992, diante da observação da UNAVEM I (Missão das Nações Unidas para verificar a desmobilização e monitorar o processo eleitoral). As ameaças de Savembi caso Dos Santos vencesse o pleito levaram a conhecida Operação de Limpeza, na qual os dois grupos imputaram extremo uso beligerante. Em uma segunda tentativa, com a ida de Savembi para Huambo, e a permanência de Eduardo dos Santos em Luanda, os desacordos levaram a Guerra das Duas Cidades, de 1992 a 1994. A assinatura do Protocolo de Lusaka seria uma alternativa a paz com a colaboração da UNACEM II. Savembi se manteve ancorado pelo tráfico de diamantes na província de Lunda, divisa com o Zaire. As forças sentiram a diminuição do apoio com o colapso do regime de Mobutu em 1997, ano também da eclosão da guerra civil no Congo, Brazzaville. Esses dois fatos impediram o tráfico de diamantes pelo Zaire e pelo Congo. Entre 1992 a 1997 os ganhos com o tráfico de diamantes era estimado em US\$ 2 milhões. Apesar da tentativa pacífica de um governo de aliança entre MPLA e UNITA, a última ofensiva contra a UNITA, iniciada em 1998 durou até 2002 com a prisão e morte de Savembi (MEREDITH, 2005. p. 600-616).

Os números dessa guerra impressionam pelas violências trocadas. Entre mortos e mutilados foram um milhão de pessoas, sem esquecer os milhões de vítimas sexuais e de deslocados internos e migrações forçadas. Os partidários, funcionários públicos, se transformaram na elite rica de um país em constante desigualdade social. Em 2002, um ano antes do ano-base dos dados do financiamento do BNDES para obras e serviços no exterior, de uma população de 14 milhões de pessoas, 59 funcionários públicos de Angola possuíam US\$ 4 bilhões, em um país com PIB de US\$ 10.2 bilhões. Muitas tentativas estrangeiras buscaram investigar as contas de Angola em função das diferenças entre o que o governo declarava ter recebido com o comércio de petróleo e o que agências informaram. O pagamento da dívida angolana com a Rússia, sob o escândalo alcunhado como Angolagate, foi considerada pelos angolanos como questão soberana em contrapartida a discurso da ausência de informações transparentes (MEREDITH, 2005. p. 600-616). José Eduardo dos Santos é Presidente de Angola até o momento da elaboração deste artigo.

A entrada da Odebrecht em África se deu pelo caminho dos países de língua oficial portuguesa. Com as dificuldades no cenário econômico interno e a ressecação no Brasil, em inícios dos anos 1980, a construtora decide diversificar na indústria da petroquímica e internacionalizar na linha de engenharia. A ida da missão comercial brasileira chefiada pelo então Ministro Delfim Neto á Moscou desencadeou no projeto trilateral da construção do Complexo Hidrelétrico de Capanda, em Angola. A previsão inicial era de US\$ 650 milhões, com pagamentos por meio de petróleo. Para o governo brasileiro, havia um estímulo a diversificação da pauta de exportação simultâneo ao

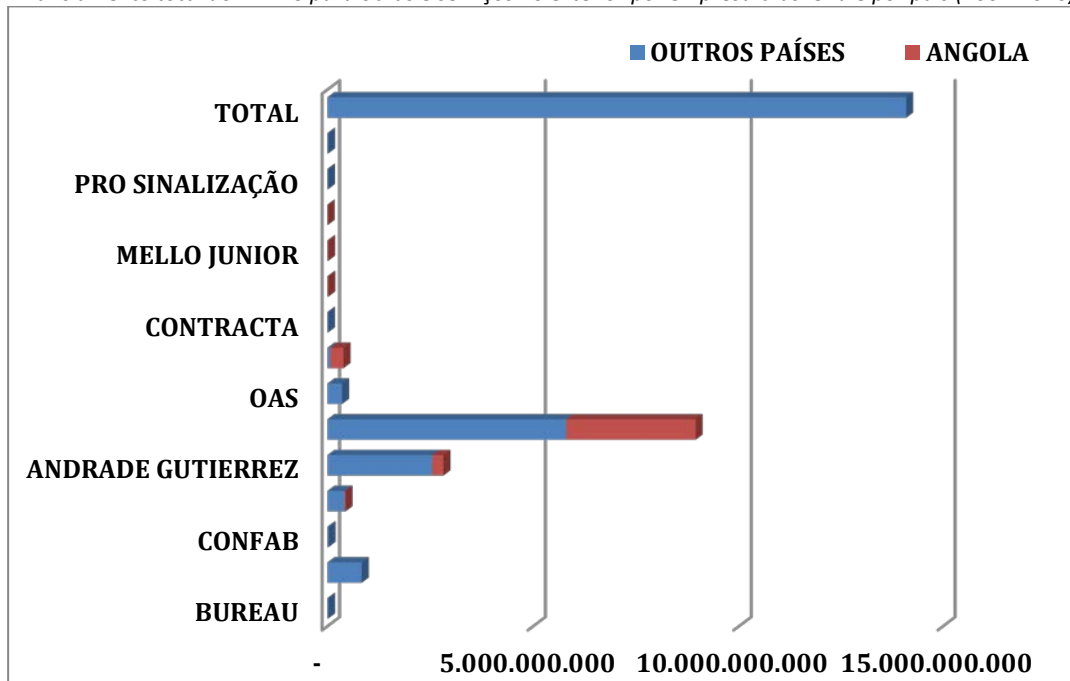
apoio a ampliação do mercado externo a países não tradicionais nas relações comerciais. Exatamente, durante uma ditadura militar que perseguia internamente comunistas, o Brasil se aproxima de países com regimes autodeclarados socialistas e comunistas (SANTANA, 2004). Esta percepção reafirma o argumento ao qual aqui se disserta, de que o modelo explorador do colonizador foi a opção da elite política brasileira para aliar-se a grande empresa em busca de influência política, de lucros comerciais e da dominação da natureza de outros países em desenvolvimento. Naquele momento o financiamento foi facilitado pelo Banco do Brasil. O pagamento do país cliente viria em petróleo à Petrobrás. Nos anos 2000, o financiamento continuaria público por meio do BNDES.

A execução da obra foi interrompida em certos momentos (1992-1997, 1999) pelos guerrilheiros atuantes no conflito armado da guerra civil angolana. Desse modo, a aproximação com os movimentos locais inclusive com MPLA, com apoio russo e do Itamaraty permitiu a finalização da obra. A própria Odebrecht define o período da construção de Capanda como “uma verdadeira cidade auto-suficiente”, pelo menos “até construir uma pista de pouso para boeings”. (SANTANA, 2004, p. 119). Capanda chegou a seus 3 mil funcionários, um legado de trabalhadores capacitados para as diversas atividades na indústria da reconstrução de países egressos de conflitos. Não foi difícil para a Odebrecht manter a atividade naquele país após a construção de Capanda, pois já havia estabelecido a capacitação profissional e a transferência de tecnologia necessários. Bastava, assim, manter as negociações com o chefe de Estado, no caso MPLA, e aprofundar o financiamento brasileiro para continuar a atuar em obras e serviços angolanos.

Esta estratégia de se manter na mesma rota do governo brasileiro fez da Odebrecht uma grande empresa multinacional. Um modelo explorador, que coopta as elites de países que foram colônias, e mais, oprime seus povos pelo direcionamento do dinheiro para o aumento do lucro, por meio da pressão do grande capital. Quando relaciona “o dinheiro e o território: situações históricas”, Santos define que “o território usado pela sociedade local rege as manifestações da vida social, inclusive o dinheiro” (SANTOS, 2015, 98). O território do dinheiro concentra as relações entre Brasil e Angola, estruturadas no financiamento do BNDES a Odebrecht para atividades naquele país. Angola concentra US\$ 4 bilhões do financiamento do BNDES para empresas brasileiras (gráfico 3).

GRÁFICO 3

Financiamento total do BNDES para obras e serviços no exterior por empresa brasileira e por país (2002-2016)



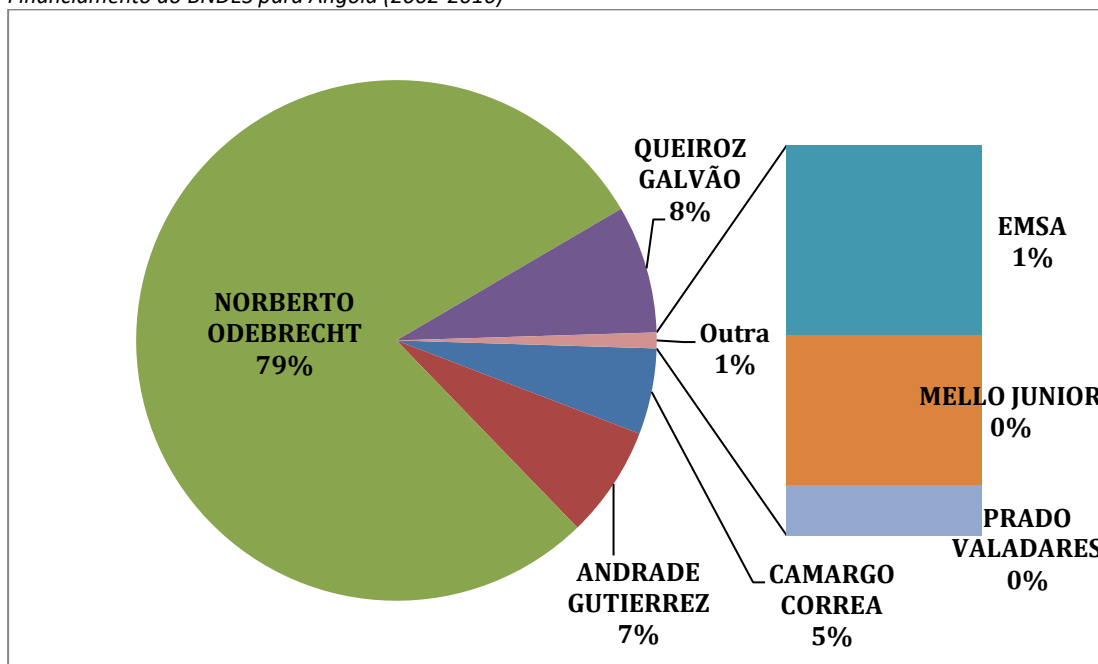
Fonte: BNDES. [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

Muitas das pessoas que estão no território angolano não possuem qualquer ingerência no dinheiro que possibilita as relações estabelecidas pela empresa brasileira com o Estado africano. Odebrecht concentra aproximadamente 80% do financiamento do BNDES para Angola (gráfico 4). Quando analisa as “metamorfose das duas categoriais ao longo do tempo”, Santos (2015) indaga ainda que:

[...] o território se apresenta como uma arena de movimentos cada vez mais numerosos, fundados sobre uma lei do valor que tanto deve ao caráter da produção presente em cada lugar como às possibilidades e realidades da circulação. O dinheiro é, cada vez mais, um dado essencial para o uso do território (SANTOS, 2015, p. 99).

GRÁFICO 4

Financiamento do BNDES para Angola (2002-2016)

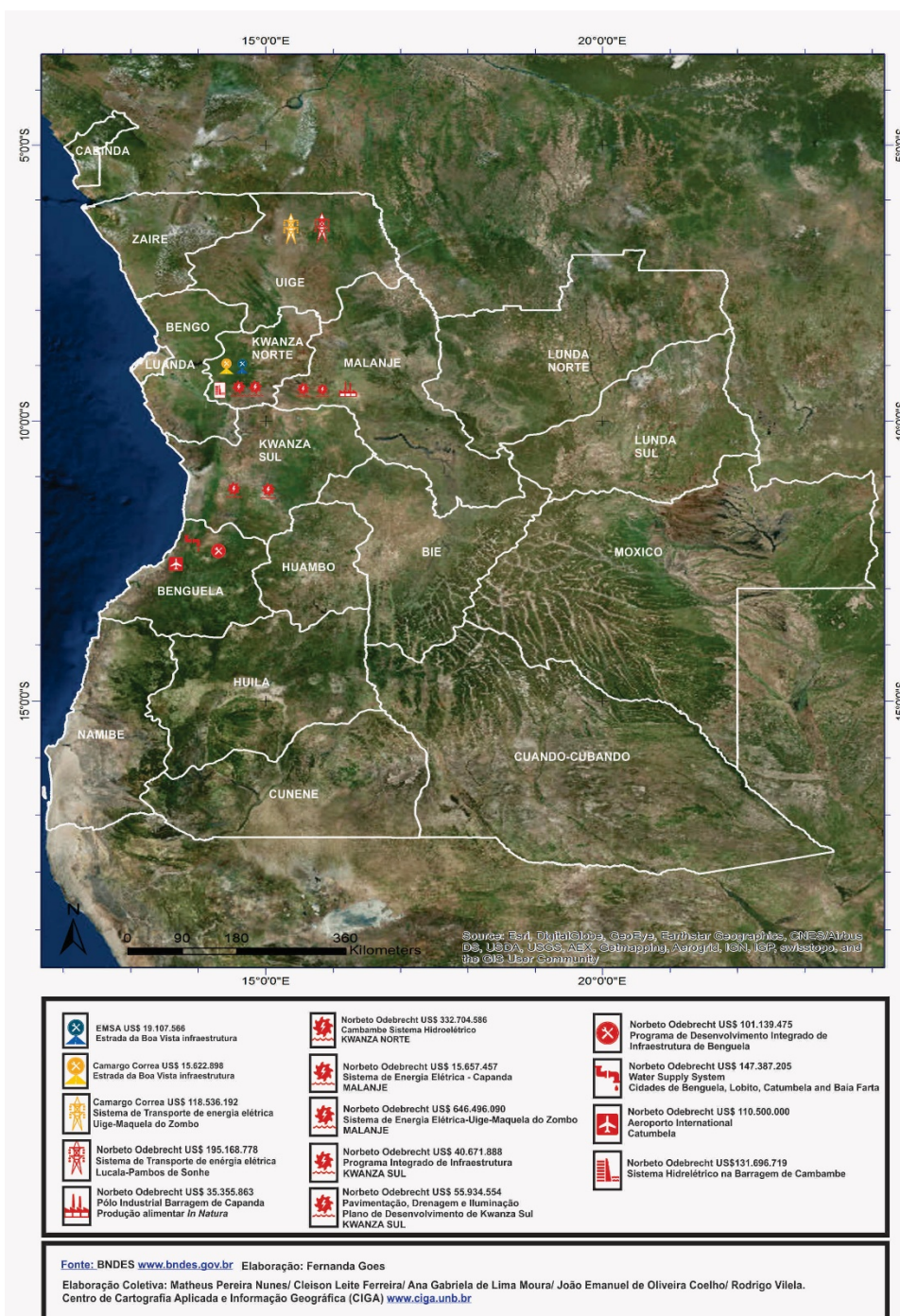


Fonte: BNDES. [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

Os efeitos do dinheiro acometem o território usado, “[...] o dinheiro regulador e homogeneizador agrava heterogeneidades e aprofunda as dependências. É assim que ele contribui para quebrar a solidariedade nacional, criando ou aumentando as fraturas sociais e territoriais e ameaçando a unidade nacional” (SANTOS, 2015, p. 100). As obras e serviços em Angola convergem com o exposto por Santos. Foram executadas construções e manutenção de infraestrutura urbana com construções pontuais na área educacional e de moradia (mapa 2). Portanto, o perfil das obras e serviços realizados pelas empresas brasileiras em Angola não destoia do modelo colonizador explorador na produção do território usado a partir do dinheiro ideológico.

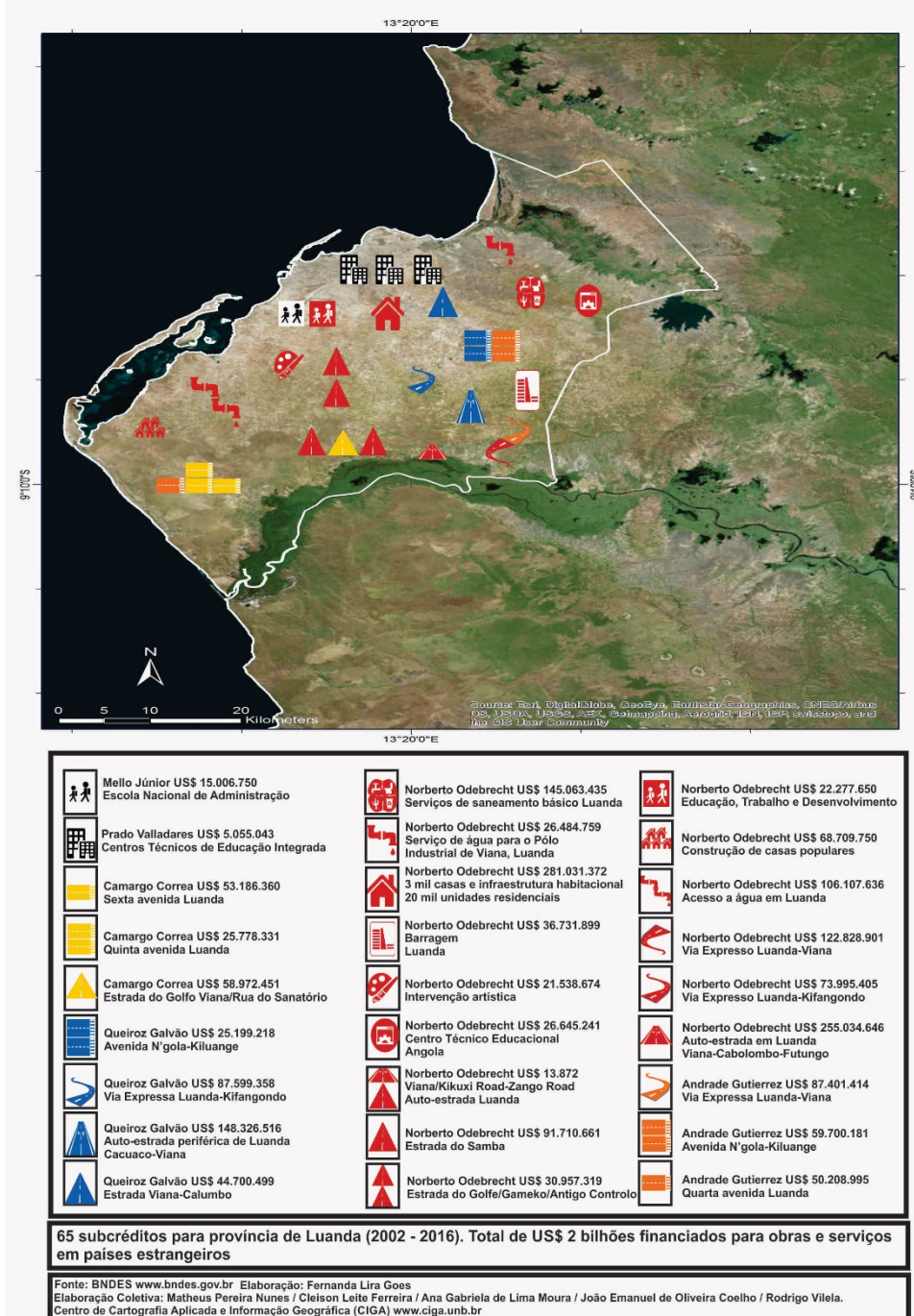
MAPA 2

A geopolítica do financiamento do BNDES para empresas brasileiras em Angola (2002-2016)



MAPA 3

Obras e serviços de construtoras brasileiras na província de Luanda (2002-2016)



## CONCLUSÃO

A cartografia temática da geopolítica brasileira com base no financiamento do BNDES para empresas brasileiras no exterior apresenta características dessa atuação. Primeiro, o financiamento esteve centralizado em 14 grandes empresas e 11 países. Odebrecht foi a empresa que liderou a participação no financiamento. Segundo, os territórios das construções realizadas foram em países com histórico colonial, América Central e do Sul e África. Angola foi o país onde mais se concretizou o território do dinheiro brasileiro. Terceiro, houve um direcionamento para obras e serviços de infraestrutura com objetivo do aumento da mais valia, portanto um alinhamento com o grande capital. Os mapas temáticos da presença das empresas nos países, das obras e serviços em Angola e da especificidade na província de Luanda são relevantes para ilustrar as conclusões desta pesquisa.

O financiamento do BNDES para as construtoras, empreiteiras, brasileiras, enquanto grandes empresas reproduz o modelo exploratório colonizador do Norte para o Sul. No sentido de que o Estado alia-se ao grande capital privado com objetivo único do lucro direcionado pela exploração da natureza. Este trabalho vem recomendar que as regras do financiamento fossem inicialmente alteradas de modo a respeitar os princípios da transparência da informação pública; que os projetos financiados fossem associados ao valor social enquanto premissa; a dignidade da participação popular afro centrada fosse assumida. Desse modo, e avançando nestas alterações, tornar-se-ia não apenas um instrumento de acúmulo de capital, mas sim um mecanismo de política pública contra a consequência da desigualdade.

## REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luís Felipe. O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo do. ÁFRICABRASIL: Atlas geográfico. Brasília: Mapas Editora & Consultoria Ltda., 2014.
- BNDES. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)
- HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo. In: A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: Território, Territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- \_\_\_\_\_. Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- MEREDITH, Martin. The Fate of Africa. A History of Fifty Years of Independence. Public Affairs: United States, 2005.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. Texto para Discussão n. 996. Brasília: IPEA, 2003.



SANTANA, Ivo de. A experiência empresarial brasileira (1970-1990). Salvador: Ponto e vírgula publicações, 2004.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Síntese da Coleção História Geral da África: século XVI ao século XX. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

THEODORO, Mário (org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil. 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.